

# ELEMENTOS DE CONSERVAÇÃO DOS ARQUIVOS DAS PRIMEIRAS PRELAZIAS E DIOCESES BRASILEIRAS: DIAGNÓSTICO

Cristian José Oliveira Santos  
Mestre em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília  
Bibliotecário do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

## 1 Introdução

Antes do Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, a produção documental no Brasil esteve intimamente atrelada às injunções do regime do padroado. Por ele, os monarcas dispunham do direito de administrar assuntos religiosos, subordinando as necessidades da Igreja aos interesses da Coroa portuguesa. Em troca, o catolicismo ocupava o posto de religião oficial da nação e os clérigos, como pertencentes à máquina do poder político, recebiam a cônica, uma remuneração pelo cargo que ocupavam. Assim, diversos aspectos do governo civil mesclavam-se com os eclesiásticos no que se referia, por exemplo, ao pagamento dos dízimos e de outros subsídios às paróquias. Isto fez com que os fundos documentais depositados nas dioceses criadas antes da extinção do padroado se tornassem complemento importante às fontes de informação arquivísticas de origem civil à medida que estas não eram apenas expressões da missão evangelizadora no Brasil, mas também das profundas relações de favores entre os poderes civil e religioso.

De fato, a Igreja Católica, desde os seus primeiros séculos, cuidou do arquivamento de documentos, atividade inicialmente pautada nas suas necessidades, sobretudo para proteger os interesses da própria instituição. As primeiras normas voltadas especificamente para a criação e manutenção dos arquivos eclesiásticos datam do Concílio de Trento, ocorrido entre os anos de 1545 e 1563. No Brasil, as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* e o *Regimento de Auditório*, ambos de 1707, foram pioneiros na regulamentação quanto à produção e à disciplina documental, e vigoraram até a promulgação do *Código de Direito Canônico* de 1917.

A partir do Concílio Vaticano II e, especialmente, no pontificado do Papa João Paulo II, os bens culturais da Igreja passam a ser concebidos como elementos potencializadores no processo de diálogo entre as mais diversas culturas. Segundo a Igreja, isto seria possível graças ao fato de que todas as manifestações culturais dos mais variados povos buscam conduzir o homem à sua essência e a uma verdade universal através da representação do que é fundamentalmente belo e bom. É neste sentido que a Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja, criada em 28 de maio de 1988 através da Constituição Apostólica *Pastor Bonus* tem mantido um estreito contato com vários organismos internacionais, como a UNESCO, a União Européia, o Conselho da Europa e o Instituto Central para a Restauração, além do Instituto Central para o Catálogo e a Documentação a fim de alcançar com maior eficiência os seus objetivos, especialmente porque em muitos países ocidentais, a história civil está intimamente associada à implantação e desenvolvimento do catolicismo no decorrer dos séculos. Neste contexto, o arquivo passou a ser entendido como um valioso instrumento de diálogo entre a o mundo cristão e não cristão, especialmente porque, segundo a Igreja, este conserva através dos seus registros inquestionavelmente autênticos a verdade, podendo-se converter em centro de cultura para os distintos grupos sociais.

## 2 O Relatório da Fundação Histórica Tavera

A Fundação Histórica Tavera (FHT) é uma instituição espanhola sem fins lucrativos que tem por missão desenvolver projetos e ações que concorram para o conhecimento da memória histórica dos países ibero-americanos através da: I) Promoção de estudos sobre a história dos países ibero-americanos; II) Desenvolvimento de projetos que tenham a intenção de melhorar o conhecimento e a difusão do patrimônio histórico documental e bibliográfico ibero-americano; III) Realização de atividades direcionadas à preservação e catalogação dos fundos documentais históricos das nações ibero-americanas; IV) Auxílio técnico às organizações arquivísticas, acadêmicas e de pesquisa, principalmente ibero-americanas, quanto ao processo de melhoria das condições de conservação e de disseminação dos seus fundos documentais.

Em 2000, a FHT foi contratada pelo Banco Mundial para realizar um trabalho inédito com o objetivo de identificar a real situação do patrimônio documental da América Latina, identificando as principais falhas que afetam as instituições que custodiam estes repositórios. O patrocinador do relatório, qual seja, o Banco Mundial pretendia criar as bases para uma possível ação em nível continental orientada para a preservação do riquíssimo patrimônio documental ibero-americano.

A pesquisa da FHT (2000) resultou num relatório baseado fundamentalmente em uma enquête dirigida a 1234 arquivos e outras instituições de 20 países latino-americanos, dentre eles o Brasil, que é identificado como o país de destaque de toda a América Latina pelo volume e riqueza de seu patrimônio documental (p. 54). O relatório afirma ainda que o Brasil é uma potência do ponto de vista documental, mas está desprovido de um plano de ampliação e preservação desse patrimônio e a maioria dos arquivos são desconhecidos. O universo dos arquivos eclesiásticos brasileiros pesquisados abrange, dentre outras, todas as arquidioceses e dioceses brasileiras e as principais ordens religiosas que atuam no Brasil.

O relatório em questão avaliou 17 quesitos referentes às instituições arquivísticas. São eles: Tipologias documentais; Legislação canônica; Projetos e coordenação das atividades; Regulamento Interno; Personalidade jurídica; Caráter associativo; Orçamento; Instalações físicas; Segurança; Umidade e temperatura; Medidas contra incêndio; Equipamentos de informática; Equipamentos de fotocópia; Catalogação; Acessibilidade; Publicações e exposições; Recursos humanos.

## 3 Metodologia

Como procedimento metodológico, estudou-se o Relatório da FHT (2000), dando destaque aos aspectos relacionados aos arquivos eclesiásticos brasileiros. O universo da pesquisa constituiu-se dos onze primeiros arquivos das prelações e dioceses brasileiras que, atualmente, são todas arquidioceses, exceto Goiás, que é diocese. São estas as jurisdições eclesiásticas:

- São Salvador da Bahia (BA), criada em 25 de fevereiro de 1551;
- São Sebastião do Rio de Janeiro (RJ) – prelazia em 19 de julho de 1575 – diocese em 16 de novembro de 1676, desmembrada da Bahia;
- Olinda (PE) – prelazia em 15 de julho de 1614 – diocese em 16 de novembro de 1676, desmembrada da Bahia;
- São Luís do Maranhão (MA) – administração depende de Olinda, desde 15 de julho de 1614 – diocese em 30 de agosto de 1677, desmembrada de Pernambuco;
- Belém do Grão-Pará (PA) – criada em 4 de março de 1719, desmembrada do Maranhão;
- São Paulo (SP) – criada em 6 de dezembro de 1745, desmembrada do Rio de Janeiro;
- Mariana (MG) – criada em 6 de dezembro de 1745, desmembrada do Rio de Janeiro;
- Goiás – prelazia em 6 de dezembro de 1745 – diocese em 15 de julho de 1826, desmembrada do Rio de Janeiro;
- Cuiabá (MT) – prelazia em 6 de dezembro de 1745 – diocese em 15 de julho de 1826, desmembrada do Rio de Janeiro;
- São Pedro do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, RS) – criada em 7 de maio de 1848, desmembrada do Rio de Janeiro;
- Diamantina (MG) – criada em 6 de junho de 1854, desmembrada de Mariana.

Como instrumento de coleta de dados, foi elaborado um modelo de questionário constituído de alguns elementos da Norma Internacional de Descrição Arquivística (ISAD-G) que foram enviados às onze instituições atualmente responsáveis pela custódia dos fundos. Também foram uma visita ao Arquivo Geral da Diocese de Goiás (GO) e duas ao Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC), situado na cidade de Goiânia (GO), instituições que atualmente custodiam parte dos fundos documentais originários da então Prelazia, Diocese e Arquidiocese de Goiás. Para os esclarecimentos de alguns pontos obscuros referentes ao processo de desmembramento dos fundos arquivísticos da Prelazia, Diocese e Arquidiocese de Goiás, entrevistamos Janira Sodrê Miranda, Diretora do IPEHBC, em 25 de março de 2004; e Antônio César Caldas Pinheiro, arquivista e funcionário do IPEHBC, em 27 de abril de 2005. Muitos telefonemas foram feitos antes e depois do envio do questionário, a fim de saber se o instrumento havia chegado às mãos dos responsáveis e, ainda, para esclarecer questões pontuais a respeito do preenchimento do questionário. Das onze instituições, três não responderam ao questionário. Foram elas: Arquidioceses do Rio de Janeiro (RJ), Olinda (PE) e Belém (PA). A partir das respostas obtidas, elaboramos algumas planilhas de análise, destacando os seguintes aspectos: instalações físicas; umidade e temperatura relativa; controle de pragas e fungos e medidas contra incêndio.

#### 4 Panorama dos Arquivos Eclesiásticos Brasileiros Diagnosticados

##### 4.1 São Salvador (BA)

O Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador nasceu com a criação da diocese, ocorrida em 25 de fevereiro de 1551, através da Bula *Super specula militantes ecclesiae*, do Papa Júlio III. A 16 de novembro de 1676, pela Bula *Inter Pastoralis Officii Curas* do Papa Inocêncio XI, foi elevada a Arquidiocese e Sede metropolitana. Atualmente o fundo arquivístico está depositado em um laboratório de conservação e restauro da Universidade Católica de Salvador (UCSal). A forma como se deu esta transferência, no sentido legal, foi a de um acordo celebrado entre a Arquidiocese de São Salvador da Bahia e a UCSal; este procedimento foi facilitado em virtude do Arcebispo de São Salvador ser o Grão-Chanceler da universidade citada. Após o tratamento do fundo, todos os documentos voltarão para o seu lugar de origem – o Palácio Arquiepiscopal.

Instalações físicas: Em razão dos documentos em questão estarem sob a custódia do Laboratório Reitor Eugênio Veiga, todas as informações atinentes à estrutura física refere-se ao laboratório em questão. o fundo desta arquidiocese não ficará para sempre sob a custódia do Laboratório Reitor Eugênio Veiga; de fato, quando o fundo estiver em condições físicas favoráveis, retornará integralmente para o Palácio Arquiepiscopal. Para evitar que os documentos em questão sejam acondicionados e armazenados de forma inadequada, o prédio em questão, que tem mais de 200 anos, será restaurado, ocupando um dos pisos do palácio e formará, junto com a biblioteca e o museu, o Memorial da Sé. O projeto deste memorial, no que tange à sua instalação funcional (móveis e equipamentos) já foi orçado e faz parte dos dois volumes que tratam da reforma do palácio e sua adaptação para esse fim. Entretanto, a coordenadora do Laboratório Reitor Eugênio Veiga assegura que, mesmo após esta transferência, a UCSal continuará sendo a gestora do arquivo, uma vez que seus professores e especialistas desenvolvem atividades junto ao acervo. Não nos foi informado o percentual do espaço físico destinado à guarda dos documentos no âmbito do Laboratório, nem do Palácio Arquiepiscopal.

Umidade e temperatura relativa: O laboratório possui equipamentos de controle de temperatura e umidade relativa (desumidificador e controle por termohigrômetro);

Controle de pragas e fungos: Esse procedimento é realizado somente na documentação em tratamento. O material é submetido ao congelamento a seco, à limpeza mecânica e acondicionado em lugar próprio, provisoriamente em caixas-papelão e polionda, e armazenado em estantes de aço com pintura epóxi

Medidas contra incêndio: Apesar de ter declarado que adotam algumas medidas, o laboratório não as explicitou.

##### 4.2 São Luís do Maranhão (MA)

A Diocese de São Luís do Maranhão tornou-se independente da Diocese de Pernambuco pelo Papa Inocêncio XI em 30 de agosto de 1677, por meio da Bula *Inter Universas*, sendo designada como sede a Matriz de Nossa Senhora da Vitória. A sua documentação data a partir de 1673, com os registros de óbitos da freguesia de Nossa Senhora da Vitória. Somente em 1922 é que a Diocese tornou-se a Arquidiocese do Maranhão. Em março do ano 2000 o acervo histórico da Arquidiocese do

Maranhão foi transferido para o Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM)<sup>1</sup>, mediante termo de comodato<sup>2</sup> assinado em 30 de junho de 2000 pelo Arcebispo de São Luis, Dom Paulo Eduardo Andrade Pontes, pelo Presidente da Fundação Cultural do Maranhão, Sr. Luis Henrique de Nazaré Bulcão e pela Diretora do APEM, Sra. Maria Raimunda Araújo. Antes da transferência dos documentos arquivísticos para as dependências da APEM, toda a documentação foi inventariada. Ao ser recolhido, foi feito um diagnóstico detalhado das condições em que o material foi encontrado, iniciando imediatamente a higienização e desinfestação do acervo, substituindo, quando necessário, as capilhas. Concluída essa etapa, foi elaborado o inventário sumário dos códices; e posteriormente a revisão da identificação dos processos, verificando-se que no interior das capilhas, encontravam-se acondicionados, além dos autos, papéis avulsos diversos. Após a identificação e seleção, os autos foram selecionados e arranjados, numerados e descritos, sendo posteriormente acondicionados nas caixas-arquivo. Procedimento idêntico foi adotado para o tratamento dos papéis avulsos. Não existe previsão de data para que esta documentação retorne ao arquivo arquiépiscopal, podendo ocorrer mediante vontade de qualquer das partes.

**Instalações físicas:** A documentação arquivística em questão já se encontrava, há algum tempo, armazenado em uma sala do palácio episcopal em estado precário de conservação e organização. Hoje, aos cuidados do APEM, o percentual da área do arquivo destinada à guarda dos documentos não ultrapassa os 25% da superfície total do arquivo – que está na escala de 500 a 1.000 metros quadrados – o que permitirá um acondicionamento e armazenamento adequado dos registros documentais que chegarão gradativamente ao APEM.

**Umidade e temperatura relativa:** O APEM não adota nenhuma espécie de controle de temperatura e umidade. A situação é a mesma no Palácio Episcopal, lugar onde os documentos deverão ser depositados em um futuro próximo.

**Controle de pragas e fungos:** Enquanto estavam no Palácio Episcopal os documentos estavam empoeirados e à mercê de insetos e roedores. Atualmente, para a preservação dos originais, o APEM adota o procedimento de limpeza periódica de todo o arquivo, que é acondicionado em caixas-arquivo *polionda*, encadernados ou empacotados e armazenados em estantes de aço, de madeira e em arquivos de aço. O APEM considera como “regular” o estado de conservação dos documentos.

**Medidas contra incêndio:** Apesar de adotar medidas neste quesito, estas não foram discriminadas pelo APEM.

#### 4.3 São Paulo (SP)

O nome da instituição é “Arquivo Metropolitano Dom Duarte Leopoldo e Silva” e tem como função organizar, custodiar e catalogar, preservando os documentos (livros, manuscritos, fotografias, mapas e projetos arquitetônicos, entre outros) referentes aos diversos arquivos em âmbito arqui-diocesano, os atos

oficiais das suas paróquias e comunidades, e sobretudo os atos do poder executivo e judiciário, propiciando a consulta, pesquisa e investigações científicas, sempre e quando não houver prejuízos a terceiros. Foi criado dia 1º de abril de 1918, mas sem a lavratura de nenhum ato. O arquivo possui diversos fundos documentais. Dom Duarte Leopoldo e Silva, após a sua primeira visita pastoral na Diocese de São Paulo, em 1909/1910, verificou as péssimas condições em que os livros estavam nas paróquias. O mesmo ocorreu quando o arcebispo mencionado visitou os diversos departamentos da Cúria de São Paulo. Chegou a trazer consigo, em algumas de suas visitas pastorais, livros manuscritos para serem incorporados ao arquivo. Em 1918 publicou uma circular solicitando aos párocos que enviassem todos os livros paroquiais para a Cúria. Movido pelo desejo de reunir toda a massa documental produzida pela Igreja paulista, Dom Duarte resgata os documentos conservados nos vários departamentos da cúria, formando assim o Arquivo Geral da Cúria.

Todos os documentos a partir da entrada no arquivo, a partir de 1918, foram restaurados, pois chegaram em péssimas condições. Hoje, graças a uma política de restauração e higienização, a maior parte dos documentos está em boa situação. Existe no Arquivo Metropolitano um catálogo onde estão arrolados todos os setores que deram origem ao grande fundo da arqui-diocese; a documentação é datada de 1632 até os dias atuais.

**Instalações físicas:** Como na totalidade dos arquivos eclesiais diocesanos brasileiros criados antes de 1890, o Arquivo Metropolitano Dom Duarte Leopoldo e Silva foi construído em terrenos de propriedades da Igreja; neste caso, os prédios onde estão acondicionados os documentos e outras instalações do arquivo são da Mitra Arqui-diocesana de São Paulo, dividindo espaço com a Biblioteca da Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção; não nos foi informado a superfície total ocupada pelo arquivo, mas sabemos que a área destinada à guarda da documentação ocupa de 50% a 75% da superfície total, o que é preocupante, levando-se em consideração que há previsão de que sejam gradualmente incorporadas outras fontes documentais religiosas ao arquivo.

**Umidade e temperatura:** O arquivo não adota nenhuma espécie de controle neste quesito, mas considera ótimo o estado de conservação dos seus documentos.

**Controle de pragas e fungos:** Adota-se apenas o método de limpeza diária nas salas onde estão guardados os documentos.

**Medidas contra incêndio:** Não foi discriminado o tipo de controle adotado pelo arquivo em questão. Sabemos, entretanto, que ainda são usados armários de madeira sem nenhum tratamento para o acondicionamento de documentos, o que é desaprovado pelas normas vigentes, em razão da possibilidade de combustão ou da infestação de insetos.

#### 4.4 Mariana (MG)

O Arquivo Eclesiástico da Arqui-diocese de Mariana (AEAM) tem como objetivo “servir à história eclesial e também civil [bem como] preservar a memória escrita” (resposta do questionário). No contexto nacional, Mariana tornou-se a sexta diocese, e antes de sua autonomia jurídica, estava subordinada à Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro (RJ). A diocese foi criada em 6 de dezembro de 1745 pela Bula *Candor lucis aeternae*. O Arquivo foi criado na mesma data, mas a sua instalação

<sup>1</sup> O APEM foi criado em 21 de janeiro de 1974 através do Decreto Estadual nº 5.266, passando a funcionar em março deste mesmo ano. Desde 15 de maio de 1978 tem sede própria. Até os dias atuais o arquivo não possui um regulamento que normatize o seu uso, mas a direção do mesmo tem demonstrado interesse em trabalhar no sentido de elaborar este instrumento.

<sup>2</sup> É um contrato unilateral, pelo qual, alguém (comodante) entrega a outra pessoa (comodatário) coisa não fungível para ser usada temporariamente e que será posteriormente restituída.

oficial como entidade jurídica legalmente constituída só ocorreu em 8 de setembro de 1965, através de estatutos próprios lavrados no Cartório Civil de Mariana (Livro 92, fls. 111-112), título de “Utilidade Pública” (Lei Estadual nº 494, de 14 de junho de 1967). Este arquivo tem uma importância ímpar porque reúne em seu seio praticamente toda a memória religiosa mineira de quase três séculos. É considerado o arquivo eclesiástico mineiro mais organizado, rico e pesquisado (PAIVA, 1995). Uma figura importante na história do arquivo de Mariana é o monsenhor Raymundo Trindade, primeiro diretor do arquivo diocesano, que deu um caráter sistemático ao acervo que, por décadas, ficou absolutamente abandonado em condições lamentáveis. Consta nos anais da história desta diocese duas mudanças de prédio da sede da Cúria, sendo que uma delas ocorreu em 1965, que acarretou a perda da organicidade e sistematização do arquivo que foram realizadas pelo monsenhor Trindade e, possivelmente, o extravio de documentos. No pastoreio de Dom Oscar de Oliveira (1960-1988), o arquivo diocesano entrou na lista de prioridades do bispo, que, com uma enorme dose de boa vontade, solicitou a colaboração de seminaristas maiores e de outras pessoas ligadas à Igreja local para organizar a massa documental arquivística, atividade dirigida pelo próprio bispo. Rodrigues, padre daquela jurisdição afirma com entusiasmo que “nosso arquivo está ressurgindo: e, mesmo sem o apoio de pessoal técnico em arquivística, vem ganhando distribuição, ordem, catalogação, acessibilidade” (1995, p. 2). Reconhece, portanto, a ausência total da aplicação de medidas e técnicas adotadas pela arquivística da época para o tratamento do fundo.

**Instalações físicas:** O arquivo está construído em uma propriedade própria, sendo que o edifício que abriga o arquivo foi construído em 1965. O arquivo ocupa uma área considerável: mais de 1000 metros quadrados, mas o percentual da área destinado à guarda da documentação está na escala de 50% a 75%, o que é considerado preocupante à medida que as atividades de caráter administrativo exigem um espaço maior.

**Umidade e temperatura:** Inexiste no âmbito deste arquivo qualquer medida neste sentido.

**Controle de pragas e fungos:** Não se adota nenhuma medida de controle de pragas e fungos.

**Medidas contra incêndio:** Apesar de afirmar que adota medidas contra incêndio, as mesmas não foram arroladas no questionário.

#### 4.5 Goiás

A Prelazia de Sant’Ana de Goiás foi criada em 6 de dezembro de 1745, pelo Papa Bento XIV, através da Bula *Candor Lucis aeternae*. Seguramente a descoberta de minérios na região e o aumento exponencial da população foram razões que motivaram as autoridades eclesiásticas a tomarem esta decisão, qual seja, de conceder certa autonomia àquela Igreja local. Em 15 de julho de 1826, pela Bula *Sollicita catholici gregis cura*, a Prelazia de Sant’Ana de Goiás torna-se sede episcopal. Em 1745, pela Bula *Candor lucis*, o Papa Bento XIV (1740-1758) cria a Prelazia de Goiás, que permanece sendo uma sufragânea do Bispado do Rio de Janeiro. O fato de se tornar uma prelazia garante à autoridade máxima da Igreja naquela jurisdição certos benefícios. Pela Bula *Sanctissima Christi Voluntas* é extinta a Arquidiocese de Goiás e criada a Arquidiocese de Goiânia, com território desmembrado da antiga arquidiocese de Goiás e da Prelazia *Nullius* de Santana da

ilha do Bananal que fora criada em 3 de maio de 1939 e também extinta por esta mesma Bula. Em 16 de junho de 1957 é instalada a Arquidiocese de Goiânia, empossado como primeiro Arcebispo de Goiânia Dom Fernando Gomes dos Santos. A Diocese de Santana de Goiás passou, portanto, a pertencer à província eclesiástica de Goiânia.

Quanto aos documentos outrora depositados na Diocese de Goiás, muitos foram transferidos para o arquivo arquiépiscopal de Goiânia. A própria Bula *Sanctissima Christi voluntas* determinava que “os documentos e atas que dizem respeito à nova Metrópole, ao seu Clero, aos fiéis e aos bens temporais [fossem] a essa enviados pela Cúria de Goiás e cuidadosamente arquivados”. Como se depreende do texto, as tipologias documentais a serem transferidas abarcam praticamente todo o arquivo. Entretanto, não temos muitas informações a respeito deste processo de identificação, separação e envio de parte da documentação, nem sabemos quais foram os critérios adotados pela Igreja para proceder ao desmembramento do arquivo. Acreditamos que apenas os documentos de natureza corrente foram enviados para a Arquidiocese de Goiânia, por ser esta uma prática adotada pela Igreja ainda hoje. Sabemos, entretanto, que a documentação arquivística transferida permaneceu por muito tempo guardada na Cúria de Goiânia, sendo que uma pequena parte dele foi posteriormente transferido para o Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC), instituição cultural atualmente ligada à Universidade Católica de Goiás.

Nota-se, portanto, o valor histórico da documentação produzida pela Igreja goiana, mesmo reconhecendo que uma parcela considerável dos registros arquivísticos está perdida por inúmeras razões. Em razão disso, a maior parcela do fundo que chegou até nós é constituída por assentos de batismos, casamentos e óbitos, dos séculos XVIII, XIX e XX, além de processos matrimoniais, quase todos do século XX, enquanto outros documentos, apesar de serem variados em suas tipologias, não são numerosos.

Uma primeira característica desta massa documental que designaremos como “Fundo Arquivístico da Prelazia de Sant’Ana de Goiás” é a sua dispersão. De fato, parte da documentação originária deste fundo, por várias razões, está atualmente localizada em Goiânia (GO), no IPEHBC, e na Cidade de Goiás (GO), no Arquivo Geral daquela diocese. Falamos em “parte do fundo” porque dificilmente seria possível identificar em sua integridade a documentação produzida pela Prelazia de Sant’Ana de Goiás, mais tarde Diocese e Arquidiocese de Goiás. Vamos nos ater, exclusivamente, aos documentos atualmente sob a custódia do Arquivo Geral da Diocese de Goiás (GO).

**Instalações físicas:** O Arquivo Geral da Diocese de Goiás (GO) está localizado no edifício da cúria diocesana, dividido em duas salas: na primeira encontramos um arquivo-fichário que está organizado por sacramento. Ao lado esquerdo deste fichário há um balcão atrás do qual se acomoda o único funcionário do arquivo. A maior parte da extensão do arquivo é constituída pela segunda dependência, uma sala que nos pareceu excessivamente escura e suja, onde se guarda todo o fundo documental. No local inexistem qualquer controle de temperatura, de umidade relativa, ou de pragas e fungos. Durante a visita, constatamos que o acervo era dividido em dois grandes universos: o primeiro e maior deles referia-se aos assentos de sacramentos e óbitos; o segundo estava acondicionado em caixas de papelão.

Umidade e temperatura relativa: No Arquivo Geral da Diocese de Goiás (GO) não se adota nenhuma medida em relação a este quesito.

Controle de pragas e fungos: Inexiste qualquer medida referente a controle de pragas e fungos no Arquivo Geral da Diocese de Goiás (GO).

Medidas contra incêndio: Possuem apenas um extintor de tamanho médio.

#### 4.6 Cuiabá (MT)

Como todas as outras dioceses e prelazias, o arquivo eclesiástico nasceu com a criação da Prelazia de Cuiabá, ocorrida em 6 de dezembro de 1745, pela Bula *Candor Lucis Aeternae*. A prelazia de Cuiabá abrangia o que hoje são os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia e a guarda da documentação era centralizada no arquivo prelatício. Em 1975 é que ocorre a primeira intervenção no arquivo durante mais de 200 anos de história realizada por Otávio Canavarros que acondiciona o material já referenciado em caixas-papelão, depositando-os em estantes de aço. Poderíamos afirmar que é a partir deste ano que aquela massa documental converte-se em um arquivo. Atualmente o nome oficial é “Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá”. No início da década de 1990 Dom Bonifácio Piccinini, Arcebispo de Mato Grosso concede permissão para o acesso de Maria Adenir Peraro ao arquivo arquiépiscopal. Esta professora tinha a intenção de levantar fontes históricas depositadas naquele fundo. Com a intenção de conservar aquele precioso acervo, onde já se encontrava documentos danificados e sem condições de leitura, elabora um projeto intitulado “Memória da Igreja em Mato Grosso: o Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá”, que tinha como missão sistematizar toda a documentação e microfilmá-la, inclusive os documentos avulsos, que permaneciam acondicionados em caixa. Felizmente alcançaram sucesso neste projeto.

Instalações físicas: O Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá está construído em uma propriedade própria, construída antes de 1900 e contíguo à Cúria Metropolitana. A superfície total ocupada pelo arquivo é de 24 metros quadrados que é ocupado integralmente para guardar o fundo. Não foi possível identificar os espaços usados no acondicionamento dos documentos ou no atendimentos dos usuários.

Umidade e temperatura relativa: Inexiste qualquer ação de controle.

Controle de pragas e fungos: Dedetiza-se periodicamente os espaços destinados à guarda dos documentos.

Medidas contra incêndio: Apesar de afirmar que adota ação neste quesito, não discriminou a mesma.

#### 4.7 Porto Alegre (RS)

Conhecido atualmente como Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA) foi criado oficialmente, juntamente com o Bispado, pela Bula *Ad Oves Dominicas Rite Pascendas*, em 7 de maio de 1848, após o desmembramento da Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, mas sua instalação só se deu em 3 de julho de 1853, juntamente com o estabelecimento oficial do Bispado. Esta região era anteriormente conhecida como São Pedro do Rio Grande do Sul.

Instalações físicas: são compostas por quatro salas, onde se distribui a documentação, inexistindo uma área específica que se constitua em depósito documental. O fundo arquivístico está depositado na sede da Cúria

Metropolitana, em um edifício desenhado e construído na segunda metade do século XIX, pelo engenheiro francês Jules Villain, ocupando uma superfície total de 139,90 metros quadrados. A pedra fundamental desta construção foi lançada em 2 de outubro de 1865, mas só inaugurada em 17 de outubro de 1888. Este prédio foi construído inicialmente para abrigar o Seminário Episcopal Nossa Senhora Madre de Deus e para ser a sede episcopal. Apesar da estrutura geral do edifício ser suficientemente sólida, existe o problema da umidade, especialmente no espaço onde funciona o Arquivo. Em virtude de toda a extensão da parede do fundo fazer divisa com uma montanha, nota-se claramente nas paredes de 6,10 m de altura e 0,70 cm de espessura grande umidade no recinto. Existe algo de muito peculiar na Igreja Católica do Rio Grande do Sul quanto à prática de incorporações de documentos nos seus fundos arquivísticos diocesanos: os bispos continuam orientando os seus párocos a entregarem no arquivo curial um exemplar dos livros de registros de casamento e batismo, conservando um outro exemplar na paróquia onde foram ministrados estes sacramentos.<sup>3</sup> Esta informação, aliado ao fato de que entre 50% a 75% da área do arquivo está destinada à guarda do fundo é muito preocupante, à medida que existe uma previsão de um aumento gradual no tamanho do fundo, com a chegada dos assentos paroquiais, o que, no futuro, poderá acarretar grandes transtornos no processo de gestão e de localização de documentos depositados no arquivo. Acrescenta-se, ainda, o fato de que o espaço a ser utilizado para a realização de atividades técnico-administrativas está diminuindo, podendo se transformar num ambiente insalubre para os funcionários do arquivo.

Umidade e temperatura: Não adota nenhuma medida neste quesito.

Controle de pragas e fungos: Não adota nenhuma medida neste quesito

Medidas contra incêndio: Não adota nenhuma medida neste quesito.

#### 4.8 Diamantina (MG)

Criada pela Bula Pontifícia *Gravissimum solitudinis* do Papa Pio IX, no dia 06 de junho de 1854. Nessa época era necessário um Decreto do Imperador para se criar uma Diocese e a autorização foi dada pela Lei Civil nº 673, de 10 de agosto de 1853. Em 1917 a Diocese de Diamantina foi elevada à categoria de sede da Província eclesiástica, como Metrôpole, tornando-se Arquidiocese e Dom Joaquim foi o 1º Arcebispo Metropolitano de Diamantina. O arquivo episcopal é conhecido como “Acervo do Palácio Arquidiocesano de Diamantina”, que é considerado por seu único funcionário como “elemento de cultura e de memória cristã”. Apesar do arquivo ter surgido juntamente com a diocese, sendo nada mais que o edifício onde se guardavam os registros de batismo, casamento, óbitos e outros documentos de natureza religiosa, somente em 1977 é que o arquivo foi criado oficialmente, sendo instalado apenas em 1995, no governo espiritual de Dom Paulo Lopes de Faria. Ao que nos parece, armazenavam no “Acervo do Palácio Arquidiocesano” apenas os documentos referentes aos documentos produzidos pela diocese ou pelo seu titular, qual seja, o bispo. Foi nos

<sup>3</sup> Esta orientação está regulamentada no § 3 do cânone 470 do CDC de 1917 onde se determinava que ao final de cada ano o pároco deveria enviar à Cúria episcopal uma cópia autêntica dos livros paroquiais, salvo aquele concernente ao estado das almas. Por conseguinte, os livros a serem entregues no arquivo arcebispal seriam: de batizados, de confirmados, de matrimônio e de defuntos.

informado que pouco antes de 1977, o arcebispo, em reunião com todos os bispos da jurisdição de Diamantina, determinou que todos os assentos paroquiais (ou uma cópia deles?) fossem enviados para o arquivo arcebispal.

Instalações físicas: O arquivo está construído em terreno próprio. Entre 50% e 75% da área do mesmo é destinado a guarda do fundo.

Umidade e temperatura relativa: Inexiste qualquer ação de controle.

Controle de pragas e fungos: Não adota nenhuma medida neste quesito.

Medidas contra incêndio: Inexiste qualquer ação neste sentido.

## 5 Análise Comparativa

Instalações físicas: 100% dos arquivos pesquisados são ou serão depositados em edifícios próprios da entidade ao qual estão vinculados, seja o palácio episcopal ou a cúria arquidiocesana<sup>4</sup>, o que excede os menos de 50% de arquivos eclesiásticos brasileiros detectados pela Fundação Histórica Tavera (2000), mas nenhum destes prédios foi construído com o propósito de armazenar documentos de natureza arquivística. Quanto ao espaço físico ocupado pelos documentos, cinco dos oito arquivos pesquisados ocupam 50% ou mais de sua área com a guarda dos documentos, deixando apenas uma pequena área para a realização de duas outras atividades. O depósito do Arquivo da Mitra Arquidiocesana de Cuiabá chega a ocupar integralmente o espaço destinado ao arquivo. Observamos que esta realidade não se deve à incorporação gradual de documentos ao arquivo, mas sim à ausência de um planejamento arquitetônico do edifício, já que todos os oito arquivos arcebisporais funcionam em prédios adaptados e que nem sempre observam os requisitos básicos de funcionalidade. Neste sentido, sugerimos que as instituições arquivísticas pesquisadas obedeçam as recomendações do CONARQ (2000) no sentido de providenciar dentro do espaço do arquivo três áreas específicas, quais sejam: a) área reservada ao trabalho técnico e aos depósitos, sendo proibido o acesso do público ao mesmo (deve ocupar em torno de 60% da área total); b) área administrativa, vedada parcialmente ao público (corresponde a 15% da área edificada); c) área pública (25% da área útil total).

b) Temperatura e umidade relativa: A FHT (2000) revelou que 92,8% dos arquivos eclesiásticos brasileiros pesquisados não possuíam qualquer espécie de controle de umidade relativa e de temperatura sendo assim o pior avaliado neste quesito. De fato, chegamos a um resultado bem semelhante: 100% dos arquivos arcebisporais não adotam qualquer medida neste quesito<sup>5</sup>. Esta situação é alarmante em virtude de estarmos tratando de documentos, em sua maioria, de papel, o que faz com que sejam extremamente vulneráveis às condições ambientais inadequadas. Sabemos que se a temperatura ideal para documentos é de 20° C, com variação diária de +/- 1° C. Os arquivos eclesiásticos compostos basicamente por materiais em papel e encadernações em couro que, durante séculos de

vida nunca passaram por qualquer espécie de tratamento e higienização e por permanecerem em condições inadequadas de temperatura e umidade relativa correm o risco de ter as suas fibras quebradas e esfareladas.

c) Controle de pragas e fungos: Apenas três dos oito arquivos adotam medidas de controle de pragas e fungos, ou seja, 37,5%. A FHT não mensurou este quesito.

d) Medidas contra incêndio: Apenas dois dos oito arquivos pesquisados afirmaram não possuir nenhum instrumento contra incêndio, o que nos distancia da cifra de 66,7% do relatório da FHT (2000).

## 6 Conclusões

A análise dos dados levantados permitiu-nos concluir que há uma ruptura entre o que expressa a Igreja Católica, especialmente por meio da Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja (1997), e as práticas arquivísticas adotadas pelas dioceses brasileiras pesquisadas. Percebemos que a maior parte dos problemas atinentes ao armazenamento, ao controle de pragas e fungos, bem como ao controle de temperatura e umidade se deve ao descumprimento das normas eclesiásticas atinentes a esta matéria e as propostas feitas pela citada Comissão.

Observamos que a preocupação pelos fundos tem crescido sobremaneira no seio da Igreja Católica, mas os dados levantados no diagnóstico, bem como os do Relatório da Fundação Histórica Tavera (2000) demonstram que os arquivos pesquisados, em sua maioria, não aplicam as práticas mais elementares de preservação dos seus documentos.

## Referências

- BENTO XIV, PAPA (1740-1758). Candor Lucis Aeternae, de 6 de dezembro de 1745. In: SILVA, J. Trindade da Fonseca e. **Lugares e pessoas: subsídios eclesiásticos para a história de Goiás**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1948. v.1, p. 112-123.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Recomendações para a construção de arquivos**. Rio de Janeiro: CONARQ, 2000. [20] p.
- FUNDAÇÃO HISTÓRICA TAVERA. **Los archivos de América Latina**. Madri: Fundación MAPFRE TAVERA, 2000. 281 p. ISBN 84-89763-87-9.
- IGREJA CATÓLICA. **Código de Derecho Canónico y legislación complementaria**. Comentários: Lorenzo Míguels Dominguez; Sabino Alonso Morán; Marcelino Cabrerros de Anta. Prólogo: José López Ortiz. 9. ed. rev. ampl. actual. Madrid: Ed. Católica, 1974. 1212 p.
- \_\_\_\_\_. **Código de Direito Canónico**. Promulgado [pelo] Papa João Paulo II. 2. ed. Versão portuguesa de A. Leite S. I.; revista por Serafim Ferreira e Silva, Samuel S. Rodrigues, V. Melícias Lopes e Manuel Luís Marques. Lisboa: Conferência Episcopal Portuguesa, 1983. 371 p. ISBN 88-209-1418.
- LEÃO XII, PAPA (1823-1829). Sollicita Catholici Gregis Cura. In: SILVA, J. Trindade da Fonseca e. **Lugares e pessoas: subsídios eclesiásticos para a história de Goiás**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1948. v.1, p. 112-123.
- PIO XII, PAPA (1939-1958). Sanctissima Christi Voluntas. In: **Rev. Arquidiocese**, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 4-6, jul. 1962.

<sup>4</sup> Alguns arquivos das arquidioceses pesquisadas encontram-se integral ou parcialmente sob a responsabilidade de outras instituições para serem tratados e serão devolvidos posteriormente.

<sup>5</sup> A Universidade Católica de Salvador (UCSal), atual responsável pela custódia do arquivo da Arquidiocese de São Salvador adota duas medidas de controle de temperatura – o desumidificador e o termohigrômetro. Entretanto, por saber que a documentação retornará ao Arquivo do Palácio Arquiepiscopal daquela cidade, tivemos o cuidado de saber se o prédio adota ou adotará alguma destas medidas e a resposta foi negativa.

- \_\_\_\_\_ . Quo gaudio. pelo Cartório de Segundo Ofício de Registros de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protestos e Tabelionato de Notas de Goiás (Tabelionato Moreira Diniz) em 30 de março de 1994.
- PAIVA, Eduardo França. Arquivos de Minas Gerais: notas sobre a documentação dos séculos XVIII e XIX. **Cad. Fil. Ci. Humanas**, Belo Horizonte, v. 3, n. 5, p. 90-97, out. 1995.
- PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA. **A função pastoral dos arquivos eclesiais**: carta circular, de 2 de fevereiro de 1997. Cidade do Vaticano: IGER, 1997. 45 p.